TEXTO PARA DISCUSSÃO

3175

UMA NOVA OCUPAÇÃO NO SÉCULO 21? RESULTADOS DA PESQUISA NACIONAL SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

ANA AMÉLIA CAMARANO
DANIELE FERNANDES
STEPHANIE NATALIE BURILLE
FERNANDA LIRA GOES
KRISLANE DE ANDRADE MATIAS
THAMIRES DA SILVA RIBEIRO

ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3175
Rio de Janeiro, novembro de 2025

UMA NOVA OCUPAÇÃO NO SÉCULO 21? RESULTADOS DA PESQUISA NACIONAL SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

ANA AMÉLIA CAMARANO[1]
DANIELE FERNANDES[2]
STEPHANIE NATALIE BURILLE[3]
FERNANDA LIRA GOES[4]
KRISLANE DE ANDRADE MATIAS[5]
THAMIRES DA SILVA RIBEIRO[6]

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: ana.camarano@ipea.gov.br.

2. Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: daniele.fernandes@ipea.gov.br.

3. Pesquisadora bolsista do PNPD na Disoc/Ipea. *E-mail*: stephanie.burille@ipea.gov.br.

4. Técnica de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: fernanda.goes@ipea.gov.br.

5. Pesquisadora bolsista do PNPD na Disoc/Ipea. *E-mail*: krislane.matias@ipea.gov.br.

6. Pesquisadora bolsista do PNPD na Disoc/Ipea. *E-mail*: thamires.ribeiro@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Nassar Tebet

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais
KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete
SHEILA CRISTINA TOLENTINO BARBOSA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social
GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: https://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: https://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Uma nova ocupação no século 21? Resultados da pesquisa nacional sobre trabalho doméstico e de cuidados / Ana Amélia Camarano ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.
27 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3175).

Inclui Bibliografia.
ISSN 1415-4765

1. Trabalho Doméstico. 2. Trabalho de Cuidado. 3. Condições de Trabalho. 4. Desigualdades Sociais. I. Camarano, Ana Amélia. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 331.6

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula Fernandes Abreu CRB-7/4769.

Como citar:
CAMARANO, Ana Amélia *et al*. **Uma nova ocupação no século 21?** Resultados da pesquisa nacional sobre trabalho doméstico e de cuidados. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2025. 27 p. (Texto para Discussão, n. 3175). DOI: https://dx.doi.org/10.38116/td3175-port.

JEL: J21, J44, J81.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: https://repositorio.ipea.gov.br/.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 6

2 METODOLOGIA 7

3 RESULTADOS INICIAIS 12

3.1 Perfil de cuidadoras e trabalhadoras domésticas 12

3.2 Características do trabalho doméstico e de cuidados 17

3.3 Trabalho por meio de aplicativos e plataformas digitais 21

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 24

REFERÊNCIAS 25

SINOPSE

Este estudo tem como objetivo analisar o perfil das pessoas que realizam atividades de cuidado de forma remunerada e compreender as condições e as características deste trabalho. Foram consideradas as ocupações relativas ao cuidado de crianças, idosos, pessoas doentes, pessoas com deficiência e ao trabalho doméstico. A pesquisa, de caráter exploratório, foi conduzida a partir de uma metodologia quantitativa, combinando a aplicação de um questionário *online* autopreenchido e o uso do método bola de neve virtual e outras estratégias metodológicas. Em síntese, os resultados reafirmam o predominante perfil de mulheres negras nessas ocupações. As disparidades raciais são observadas nas condições de trabalho, renda, nível de escolaridade, tempo de deslocamento para o trabalho, entre outras variáveis. Embora o uso de plataformas digitais e aplicativos para a obtenção de trabalho ainda seja limitado, observou-se um interesse potencial dos trabalhadores por esses recursos.

Palavras-chave: trabalho doméstico; trabalho de cuidado; condições de trabalho; desigualdades sociais.

1 INTRODUÇÃO

A demanda para aprofundar o conhecimento sobre cuidados no Brasil é antiga. Um dos fatores motivadores consiste no aumento da população idosa constatada nos censos demográficos realizados desde 1980. Conjuntamente ao envelhecimento populacional, observa-se o envelhecimento das trabalhadoras de categorias que desenvolvem o trabalho doméstico e de cuidados remunerado (Pinheiro, Gonzalez e Fontoura, 2012).

Essa preocupação atingiu o cenário político, em especial a bancada feminina da Câmara dos Deputados. Recentemente, foram criados grupos de trabalho para o desenvolvimento de uma política de cuidados e para debater a licença-paternidade e parental. Em 2024, foi aprovada no Congresso Nacional a Política Nacional de Cuidados, uma institucionalização organizacional coletiva a ser implementada por meio do Plano Nacional de Cuidados.[1]

Neste contexto político, foi concebida a Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados, resultado da parceria intergovernamental entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa se alinha à inserção de diretrizes no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ao contemplar no organograma uma Secretaria Nacional de Cuidados e Família desde 2023.

O desenho da pesquisa foi fundamentado na oportunidade e urgência em avançar na pauta e na produção de dados sobre as pessoas que cuidam de forma remunerada no país. A pesquisa tem como objetivo conhecer o perfil das pessoas que realizam atividades de cuidado remunerado e compreender as condições e as características deste trabalho no contexto atual. Consideramos as ocupações relativas ao cuidado de crianças, idosos, pessoas doentes e pessoas com deficiência e ao trabalho doméstico.[2] Estas são atividades de reprodução social tradicionalmente desempenhadas por mulheres, na esfera privada, e que foram absorvidas pelo mercado de trabalho mediante remuneração (Sorj, 2013; Ferguson, 2013).

1. Em 26 de dezembro de 2024 foi sancionada a Lei nº 15.069, que instituiu a Política Nacional de Cuidados (PL nº 5.791/2019). Neste sentido, o Plano Nacional de Cuidados virá para coordenar as ações da União e demais entes junto com outros marcos legais em vigor, como o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/1990) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

2. Conforme o Projeto de Lei nº 5.178/2020, que cria e regulamenta as profissões de cuidador de pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador de pessoa com deficiência e cuidador de pessoa com doença rara, e dá outras providências.

As fronteiras que demarcam e diferenciam as atividades domésticas e de cuidado ainda são pouco delimitadas. A reivindicação do *status* de "cuidador" pelos cuidadores de idosos a partir da década de 1990 esteve associada à construção de uma identidade e reconhecimento profissional, bem como o distanciamento do *status* de "empregada doméstica", à medida que a demanda das famílias por esses serviços se expandia (Guimarães, 2016).

A presença marcante de mulheres negras e das baixas camadas sociais na provisão de cuidados remunerados coloca em perspectiva as assimetrias raciais evidentes na organização social dos cuidados e sua forte relação com a formação sócio-histórica do Brasil, permeada pelo processo de colonização (Goes *et al*., 2023). Estas características posicionam o trabalho doméstico e de cuidados como atividades socialmente desvalorizadas (Ribeiro, 2023) e com baixas remunerações. De modo geral, as atividades exercidas por mulheres, em especial por mulheres negras, refletem a teoria do teto de concreto, ao dificultarem a transição da trabalhadora de uma categoria menos valorizada socialmente para as de maior renda e prestígio social e econômico (Pinheiro, 2023a).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou mais de 6,4 milhões de trabalhadoras domésticas e cuidadores no país. Para Sorj (2014), embora estas sejam categorias de trabalho com alta demanda no mercado, a precarização se mantém junto aos elevados níveis de informalidade. Adiante, será apresentado um panorama da situação desses trabalhadores, destacando os principais resultados da pesquisa que marcam o seu perfil e as condições em que exercem o trabalho.

Este texto está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, referente à metodologia, são descritos os percursos da pesquisa, suas orientações e detalhes sobre os desafios enfrentados e os avanços alcançados. A segunda seção apresenta o perfil dos cuidadores e dos trabalhadores domésticos, bem como as características das ocupações de cuidados. Ainda nessa seção, consideram-se os aplicativos e as plataformas digitais neste trabalho. A terceira seção sintetiza os resultados e prossegue com as considerações finais e as recomendações para o avanço e melhor conhecimento da questão dos cuidados.

2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adota-se uma metodologia quantitativa a partir da aplicação de um questionário *online* autopreenchido com o intuito de alcançar amplamente trabalhadores

domésticos e de cuidados em todo o território nacional. Este é um tema ainda pouco explorado pelas instituições governamentais, embora diversos acadêmicos e pesquisadores do setor público estejam desenvolvendo estudos e contribuições relevantes para este tema nas últimas décadas (Camarano e Pinheiro, 2023). Pesquisas de ampla escala nessa área não têm sido priorizadas, e as existentes no âmbito das políticas públicas estão especialmente voltadas para estudos prospectivos. A pesquisa aqui descrita é de caráter exploratório e não representativo,[3] tendo como propósito ampliar a compreensão do objeto de estudo, testando a viabilidade de extensão da investigação e a proposição de métodos a serem empregados nos estudos subsequentes.

O questionário esteve em circulação durante cinco meses, a contar de 14 de março a 14 de agosto de 2024. O levantamento foi realizado em todo o território nacional, alcançando as 27 unidades federativas. Foram contabilizados 4.008 acessos, ou seja, indivíduos que estiveram expostos à pesquisa, e 1.283 participações qualificadas para o estudo.[4]

O método bola de neve virtual e outras estratégias metodológicas foram utilizadas na aplicação do instrumento da coleta de dados. A modalidade virtual do método bola de neve permite selecionar indivíduos integrantes de determinada população focal, que, por sua vez, selecionam outros indivíduos de suas redes de contato, e assim sucessivamente (Heckathorn, 1997; Vinuto, 2014), por meio da internet e das redes sociais.

As redes sociais virtuais possibilitam a comunicação entre os agentes sociais e a troca de informações, observação de situações, comportamentos e temas. Nelas, verifica-se o campo para a coleta de dados, com a divulgação dos resultados e a disseminação dos conhecimentos (Costa, 2018). Assim, a propagação do questionário ocorreu de modo "viralizado", por meio dos grupos de WhatsApp e de outras plataformas – Facebook, Instagram, X (antigo Twitter) e LinkedIn –, tendo como ponto de partida as redes oficiais do Ipea, das pesquisadoras envolvidas e de outros usuários das plataformas. Além disso, outras estratégias de difusão foram fundamentais para tornar a pesquisa conhecida e para mobilizar a participação da população focal. Citam-se o boca a boca, a publicação de matérias na imprensa, a distribuição de panfletos e cartazes em instituições públicas e privadas, além

3. Optou-se por não realizar uma pesquisa por amostragem porque as informações disponíveis sobre os trabalhadores domésticos e de cuidados são insuficientes para a definição de amostra representativa dos grupos analisados.

4. O questionário aplicado na pesquisa e as tabelas utilizadas nas análises contendo os números de casos (N) constam nos anexos deste trabalho. As variações no número de respostas devem-se às não respostas ou desistências.

da divulgação em cursos de formação de cuidadores e do apoio de órgãos governamentais, organizações, conselhos, associações e sindicatos das categorias de trabalho relacionadas.

Neste estudo, consideramos apenas trabalhadores domésticos e cuidadores que atuam de forma remunerada, excluindo a modalidade não remunerada do universo de análise. As categorias investigadas foram agrupadas sob a denominação de trabalho doméstico e de cuidados, reunindo em uma única categoria de cuidadores aqueles que atuam no cuidado de idosos, crianças, pessoas doentes e pessoas com deficiência. O trabalho doméstico refere-se às atividades de manutenção da casa, como limpar, cozinhar, arrumar e lavar, enquanto o trabalho de cuidado diz respeito à assistência direta às pessoas dependentes na realização das atividades da vida diária. Ambas as atividades podem ser classificadas como trabalho de cuidado, já que as fronteiras entre elas permanecem fluidas, especialmente no contexto domiciliar (Sorj, 2021; Guimarães e Hirata, 2020). Ademais, optou-se por utilizar o feminino das categorias cuidadores e trabalhadores domésticos, pelo fato de que mais de 90% dos trabalhadores declararam ser do sexo feminino. Para evidenciar as disparidades raciais neste trabalho, considerou-se as seguintes categorias raciais: negras (pretas e pardas) e não negras (brancas, amarelas e indígenas). A tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos respondentes.

TABELA 1
Características sociodemográficas dos respondentes da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados

	Trabalhadores/as domésticos/as	Cuidadores/as	Total
Sexo			
Homem	7	55	62
Mulher	292	684	976
Total	299	739	1.038
Idade			
15-29	19	84	103
30-44	107	280	387
45-59	138	297	435
60+	32	72	104
Total	296	733	1.029

(Continua)

(Continuação)

	Trabalhadores/as domésticos/as	Cuidadores/as	Total
Cor/Raça			
Negro	229	496	725
Não negros	70	243	313
Total	299	739	1.038
Nível de instrução			
Até ensino médio incompleto	150	128	278
De ensino médio completo até ensino superior incompleto	123	478	601
Ensino superior completo	26	138	164
Total	299	744	1.043
Região			
Norte	20	32	52
Nordeste	70	141	211
Sudeste	127	418	545
Sul	18	44	62
Distrito Federal	49	70	119
Centro-Oeste (exceto Distrito Federal)	15	39	54
Total	299	744	1.043

Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.
Elaboração das autoras.

Os respondentes estão concentrados nas regiões Sudeste (52,4%), Nordeste (20,2%) e no Distrito Federal (11,4%). A PNAD Contínua 2023 observa o mesmo resultado para as regiões Sudeste (46,5%) e Nordeste (22,8%). Contudo, o Distrito Federal, com 1,5%, encontra-se sobrerrepresentado na pesquisa do Ipea. Por sua vez, os estados da região Sul estão sub-representados na pesquisa, em relação aos dados da PNAD Contínua, que indicam uma concentração de 14,2% das trabalhadoras domésticas e de cuidados na região (tabela 2).

TABELA 2

Distribuição dos respondentes da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados e PNAD Contínua, por região

(Em %)

Região	Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados			PNAD Contínua		
	Trabalhadoras domésticas	Cuidadoras	Total	Trabalhadoras domésticas	Cuidadoras	Total
Norte	20	32	52	327.970	117.117	445.087
Nordeste	70	141	211	1.061.795	388.339	1.450.134
Sudeste	127	418	545	1.991.002	969.164	2.960.166
Sul	18	44	62	626.412	275.564	901.976
Distrito Federal	49	70	119	59.644	34.498	94.142
Centro-Oeste (exceto Distrito Federal)	15	39	54	389.488	122.822	512.310
Total	299	744	1.043	4.456.311	1.907.504	6.363.815
Região	Trabalhadoras domésticas	Cuidadoras	Total	Trabalhadoras domésticas	Cuidadoras	Total
Norte	6,7	4,3	4,9	7,4	6,1	7,0
Nordeste	23,4	19,0	20,2	23,8	20,4	22,8
Sudeste	42,5	56,2	52,4	44,7	50,8	46,5
Sul	6,0	5,9	6,0	14,1	14,4	14,2
Distrito Federal	16,4	9,4	11,4	1,3	1,8	1,5
Centro-Oeste (exceto Distrito Federal)	5,0	5,2	5,1	8,7	6,4	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024; e IBGE (2023).
Elaboração das autoras.
Obs.: Para o cálculo de cuidadores na PNAD Contínua foram consideradas as categorias: babás (cuidadores de crianças), trabalhadores de cuidados pessoais a domicílio, trabalhadores de cuidados pessoais em instituições e trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde não classificados anteriormente.

Alguns desafios metodológicos foram identificados ao longo do processo de coleta de dados. A circulação do questionário nas redes de contatos das pesquisadoras gerou um viés de amostragem em dois aspectos: i) uma sobrerrepresentação de participantes vinculadas às categorias de cuidadoras de idosos; e ii) uma sobrerrepresentação de respondentes localizadas no Distrito Federal. Os contatos estabelecidos pelas pesquisadoras com sindicatos, associações, cursos de formação e outras organizações foram ponto central para a difusão do questionário. Como a maioria das pesquisadoras reside na região Sudeste, notadamente no estado do Rio de Janeiro – assim como a rede de difusão do questionário –, há concentração de indivíduos respondentes neste território.

A utilização do questionário *online* autopreenchido implicou algumas limitações, como a dificuldade em assegurar a participação integral dos indivíduos, resultando em interrupções e desistências antes da finalização das perguntas. A distribuição *online* do instrumento limita o alcance aos indivíduos e pode gerar a exclusão de grupos com pouco ou nenhum letramento, baixo acesso à internet ou mesmo pouca habilidade digital, como idosos ou populações de baixa escolaridade. As desigualdades de acesso a recursos tecnológicos como aparelhos celulares e computadores conectados a uma rede de internet, especialmente para um público pouco familiarizado com estes recursos, evidencia limitações próprias no instrumento de coleta de dados.

3 RESULTADOS INICIAIS

Uma publicação inaugural dos resultados desta pesquisa está disponível no artigo *O cuidado enquanto ocupação: em que condições?* (Camarano *et al*., 2025), no *Boletim de Mercado de Trabalho*. Os primeiros resultados convergem com outras pesquisas (Fontoura e Marcolino, 2021; Pinheiro, Tokarski e Posthuma, 2021) sobre o trabalho doméstico e de cuidados remunerados. Esta etapa de submissão dos resultados à validação inicial com outras pesquisas, a exemplo da PNAD Contínua, está atenta aos diferentes objetivos de cada um dos questionários usados. Respectivamente, a PNAD Contínua tem caráter e abrangência mais amplos, enquanto esta pesquisa, de natureza exploratória, possui interesse específico.

3.1 Perfil de cuidadoras e trabalhadoras domésticas

A institucionalização do trabalho doméstico e de cuidados no mercado de trabalho é marcada pelo rebaixamento do *status* social, pela invisibilidade e pela baixa remuneração (Vergès, 2020). As mulheres, em sua maioria negras, ocupam posição central

no provimento dos cuidados remunerados. Segundo Nascimento (2021), as mulheres negras foram inseridas como mão de obra não qualificada, desempenhando, em grande parte, serviços domésticos, entre outras atividades, por salários muito baixos. Essa realidade também é observada em outros países com processos de colonização semelhantes, atravessados pela escravização de pessoas negras (Davis, 2016).

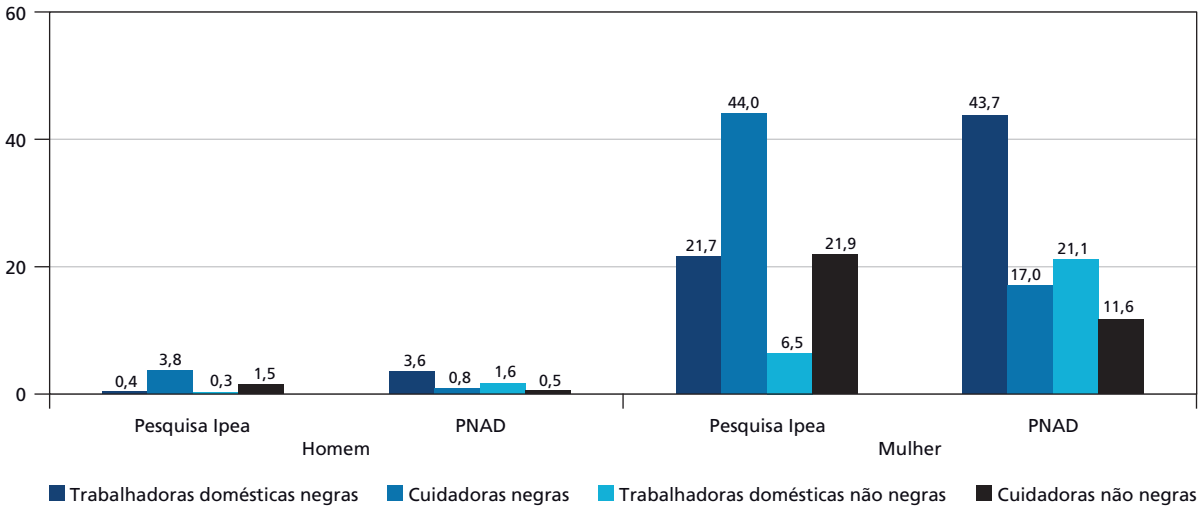
Já foi mencionado que o perfil das cuidadoras e trabalhadoras domésticas estudadas convergem com algumas das análises construídas com as pesquisas domiciliares do IBGE, a exemplo da PNAD Contínua. Os homens constituem 6,1%, e as mulheres 93,9% do total das trabalhadoras domésticas e de cuidados.

O perfil racial das categorias pesquisadas revela que 66,2% são mulheres negras, além de 32,8% brancas, 0,5% amarelas e 0,5% indígenas. Há uma sobrerrepresentatividade de mulheres negras nas categorias, quando comparadas, em termos percentuais, ao total da população brasileira, de acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE e com outras categorias profissionais.

Os dados da PNAD Contínua apontam para um percentual de 43,7% de trabalhadoras domésticas negras e 17,0% de cuidadoras negras, enquanto a pesquisa do Ipea teve um percentual sobrerrepresentado de 44,0% de cuidadoras negras e 21,7% de trabalhadoras domésticas negras (gráfico 1). Esses números divergem dos da amostra da PNAD em razão do viés da pesquisa anteriormente mencionado e também pelo fato de a PNAD subestimar o quantitativo dos cuidadores.

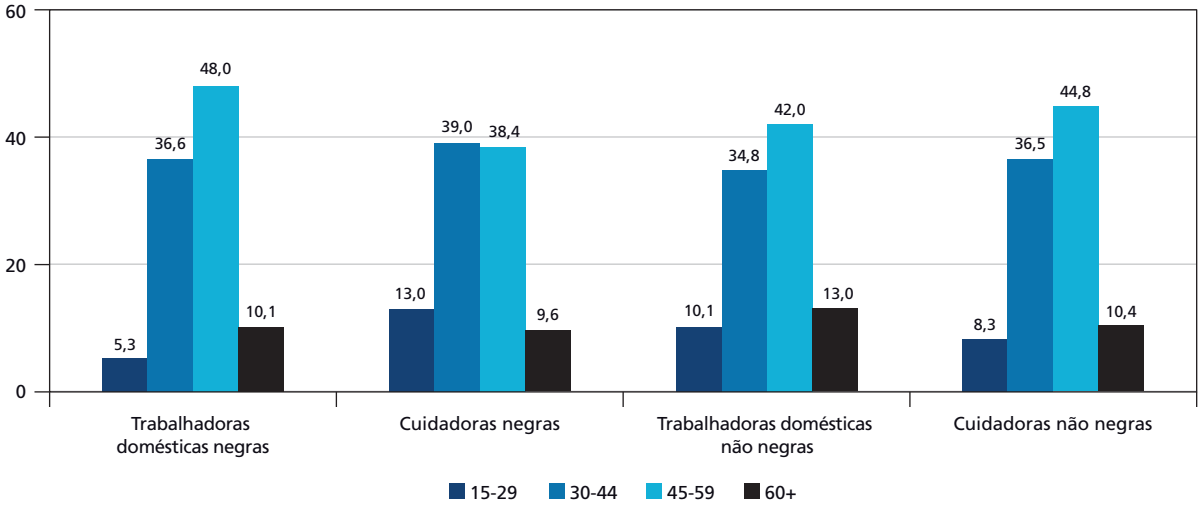
Para analisar a idade das trabalhadoras, o gráfico 2 apresenta esta população desagregada em subgrupos de jovens entre 15 e 29 anos; adultas entre 30 e 44 anos; adultas maduras entre 45 e 59 anos; e idosas com 60 anos ou mais. A divisão permite uma análise mais detalhada ao apontar que a maioria das cuidadoras não negras e trabalhadoras domésticas negras e não negras têm entre 45 e 59 anos, ou seja, são adultas maduras. Em média, 10% das trabalhadoras têm 60 anos ou mais. Para Sorj (2014), o envelhecimento da categoria de trabalhadoras domésticas indica que a ocupação está deixando de ser a principal porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres jovens e pobres. Acrescentamos que outras atividades vêm atraindo as mulheres negras mais jovens, como foi registrado no trabalho da construção civil e de obras e serviços, principalmente na etapa de acabamento (Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2009). Entretanto, salienta-se que há possível transição do trabalho doméstico para a categoria de cuidadora, na qual as atividades são similares.

GRÁFICO 1
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por sexo/gênero, cor/raça na pesquisa Ipea e na PNAD Contínua
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024 e IBGE (2023).

GRÁFICO 2
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por cor/raça e faixa etária (2024)
(Em %)



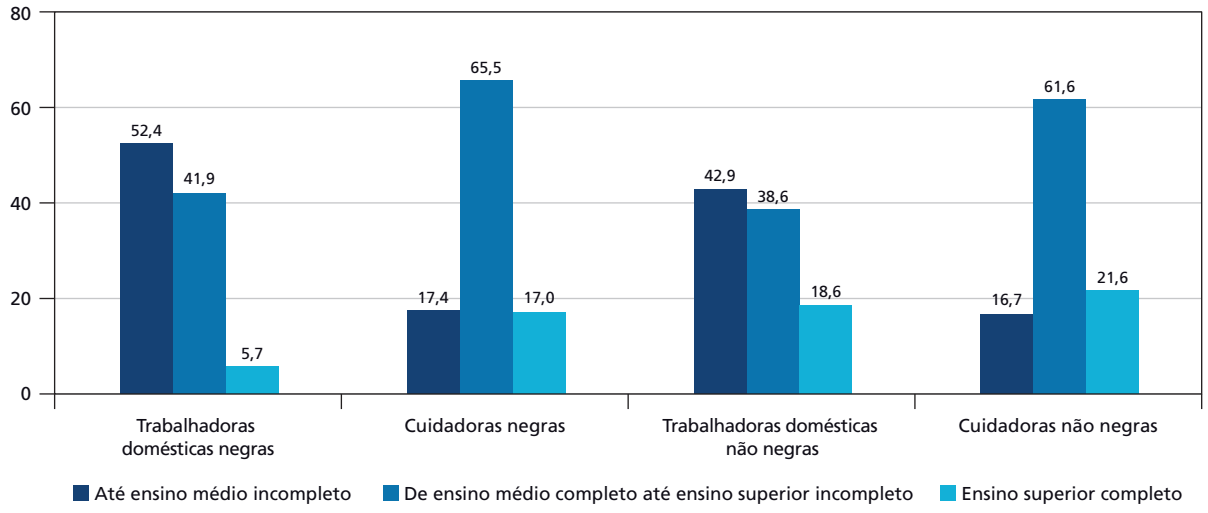
Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

A entrada de mulheres com baixa escolaridade na economia de cuidados é um dos aspectos convergentes ao estoque e à concentração delas, e potencialmente de

negras, no setor de cuidados (Pinheiro, 2023b). Porém, a pesquisa do Ipea apresenta certa desigualdade com relação à escolaridade dessas mulheres, ainda que no desempenho da mesma atividade, como se pode verificar no gráfico 3.

A desigualdade intracategoria por raça ou cor mostra que mais da metade das mulheres trabalhadoras domésticas negras não concluíram o ensino médio, quando entre as não negras o percentual comparável foi de 42,9%. A variação também ocorre entre as cuidadoras, com diferenciais menos expressivos. Entre as cuidadoras com ensino superior, as não negras compõem 4,6 pontos percentuais a mais que as negras. Sumarizando, os dados da pesquisa apontam que as cuidadoras possuem nível de escolaridade mais alto do que as trabalhadoras domésticas.

GRÁFICO 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por cor ou raça e escolaridade (2024)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

Por exemplo, os resultados mostram que a proporção de mulheres com ensino médio completo ou superior é significativamente mais elevada entre cuidadoras. Observa-se uma concentração nas faixas de escolaridade mais baixas (ensino fundamental e médio incompleto) das trabalhadoras domésticas. Isso indica que o trabalho de cuidados, embora também precarizado, tende a exigir maior qualificação e/ou atrair mulheres com maior escolaridade.

No entanto, as desigualdades raciais persistem em ambas as ocupações. Mulheres negras são maioria em ambas as categorias, mas especialmente no trabalho doméstico.

As brancas aparecem em proporção mais elevada entre as cuidadoras, sobretudo nas faixas de maior escolaridade.

Nas últimas décadas, o acesso à educação da população mais vulnerabilizada socialmente possibilitou a inserção de mulheres negras nos bancos escolares e a procura por formações mais valorizadas no mercado de trabalho. O crescimento da oferta de vagas no ensino superior ampliou as taxas de escolaridade, contudo, não eliminou as desigualdades no acesso à educação. As mulheres negras continuam apresentando menores índices de acesso, em comparação às mulheres brancas (Silva, 2020). Salienta-se que, mesmo quando possuem os mesmos níveis educacionais e executam as mesmas ocupações, as mulheres negras recebem rendas inferiores a homens negros, mulheres brancas e homens brancos, nesta ordem. Esta situação é conceituada como "teto de concreto" (Pinheiro, 2023a).

Desde o início dos anos 2000, as políticas públicas de ações afirmativas para qualificação educacional da população negra por meio do acesso e da permanência no ensino público básico, técnico e superior têm apresentado impactos positivos empiricamente comprovados (Ipea, 2019, 2025b). Entre os resultados citam-se o aumento do número de anos de estudo e a maior presença de pessoas negras em ocupações de maior rendimento e de valorização social. Apesar disso, os avanços nos níveis de escolaridade não alcançaram os trabalhos doméstico e de cuidados, que continuam dependentes das mulheres negras de baixa escolaridade.

Cabe salientar que algumas respondentes afirmaram desempenhar duas ou mais ocupações de modo simultâneo, combinando o trabalho como cuidadora e/ou o trabalho doméstico com outra atividade. Em geral, a segunda ocupação está relacionada às áreas da saúde e da educação, como técnica de enfermagem e professora. Em determinados casos, as profissões simultâneas são mais variadas, abrangendo atividades como brigadista, socorrista e segurança. Outras entram na seara do empreendedorismo, como promotora de vendas e motorista.

Ao responder à pergunta aberta sobre a atividade realizada, antes de a respondente confirmar ser trabalhadora doméstica e/ou de cuidado, as principais áreas das atividades vinculadas aos cuidados foram saúde e educação. Algumas profissões que apareceram nas respostas são: auxiliar de enfermagem, enfermeira, assistente social, psicóloga, pedagoga e professora, além de falas mais explícitas relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidado. Apesar da diversidade de profissões, as atividades caracterizadas pelo trabalho de cuidados foram maioria. Outras ocupações mencionadas pelas respondentes que concluíram o questionário, tais como engenheira,

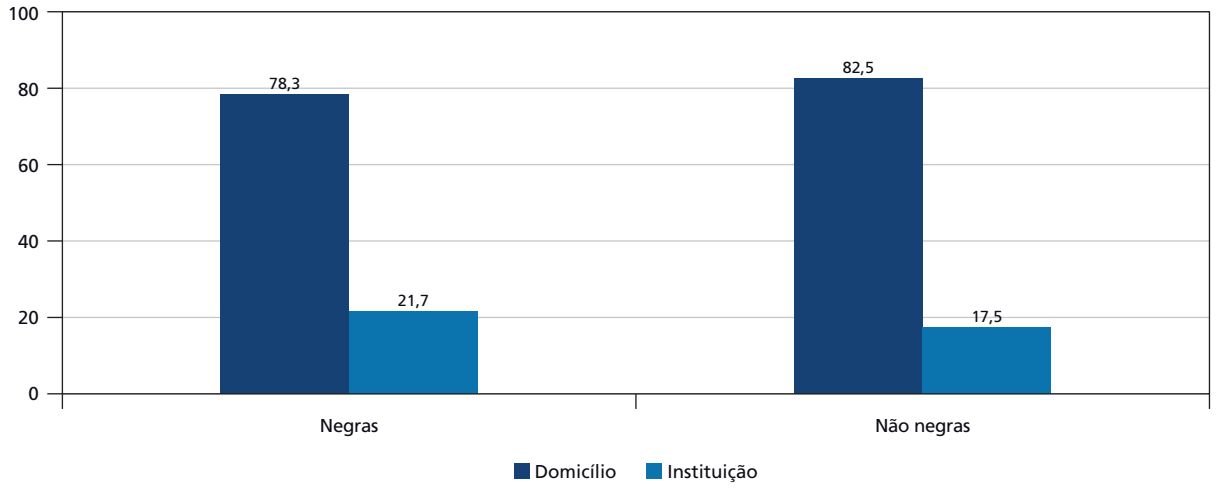
arqueóloga e bacharel em direito, chamam a atenção pelo aparente distanciamento das atividades de cuidado. Essas menções podem expressar uma demanda por pesquisas que tenham como foco principal o trabalho doméstico não remunerado.

3.2 Características do trabalho doméstico e de cuidados

Na segunda parte do questionário foram introduzidas perguntas sobre o local de trabalho, a forma de contratação, a forma como conseguiu o trabalho, o rendimento e o tempo médio de deslocamento. Nesta etapa, a pesquisa indicou desigualdades entre pessoas que atuam em diferentes categorias do trabalho doméstico e de cuidados, principalmente do ponto de vista racial.

Cerca de 80% das trabalhadoras atuam em domicílios particulares e aproximadamente 20% atuam em instituições (gráfico 4) ofertadas pelo mercado, pelo terceiro setor ou pelo Estado. Esse resultado reforça achados de estudos (Camarano e Fernandes, 2023; Camarano e Kanso, 2010) que mostram a centralidade da família na responsabilidade pelo cuidado. No entanto, também pode sinalizar um viés da pesquisa que atingiu principalmente os cuidadores familiares. A questão colocada relaciona-se à possível tendência de transição do cuidado em domicílio para o cuidado institucionalizado. Tal mudança depende da renda das famílias e/ou da oferta de serviços públicos ou privados/filantrópicos.

GRÁFICO 4
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por cor/raça e local de trabalho (2024)
(Em %)



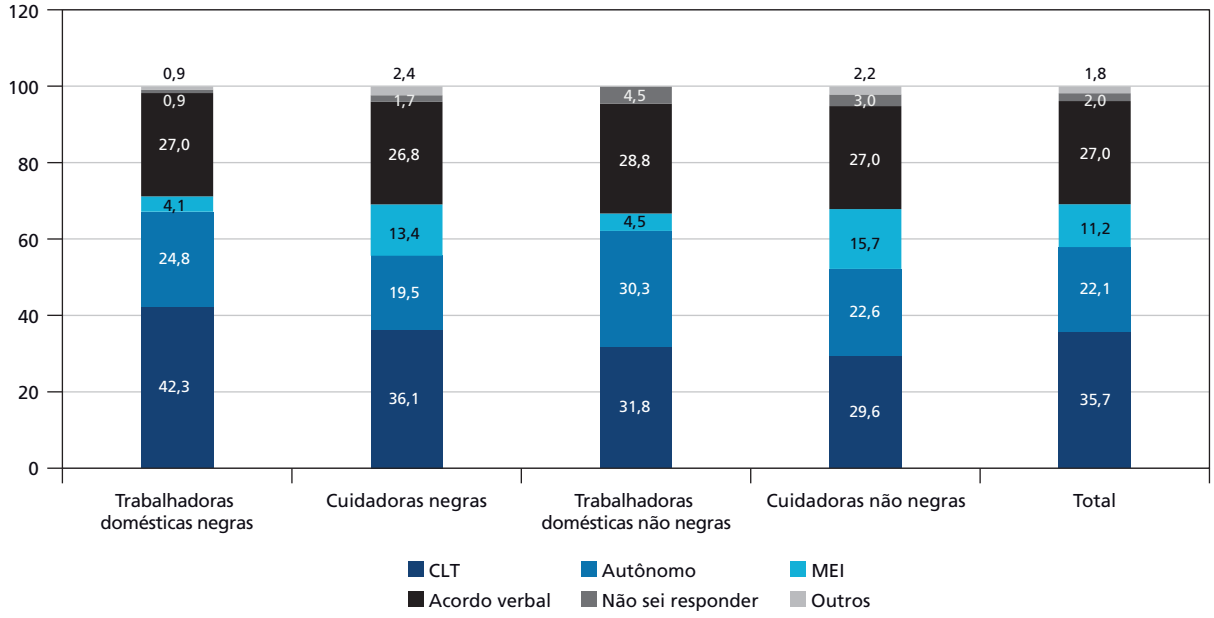
Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

Um segundo aspecto a destacar é o acordo verbal como parte do processo histórico do trabalho doméstico no Brasil, e que ainda se constitui como modo de contratação estruturante. Um dos fatores que podem explicar essa prática, no entanto, é a tentativa de preservar o acesso a benefícios sociais vinculados à condição de vulnerabilidade, como o programa Bolsa Família. Porém, demanda-se maior aprofundamento analítico para a compreensão desse aspecto.

GRÁFICO 5

Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por forma de contratação e cor/raça (2024)

(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

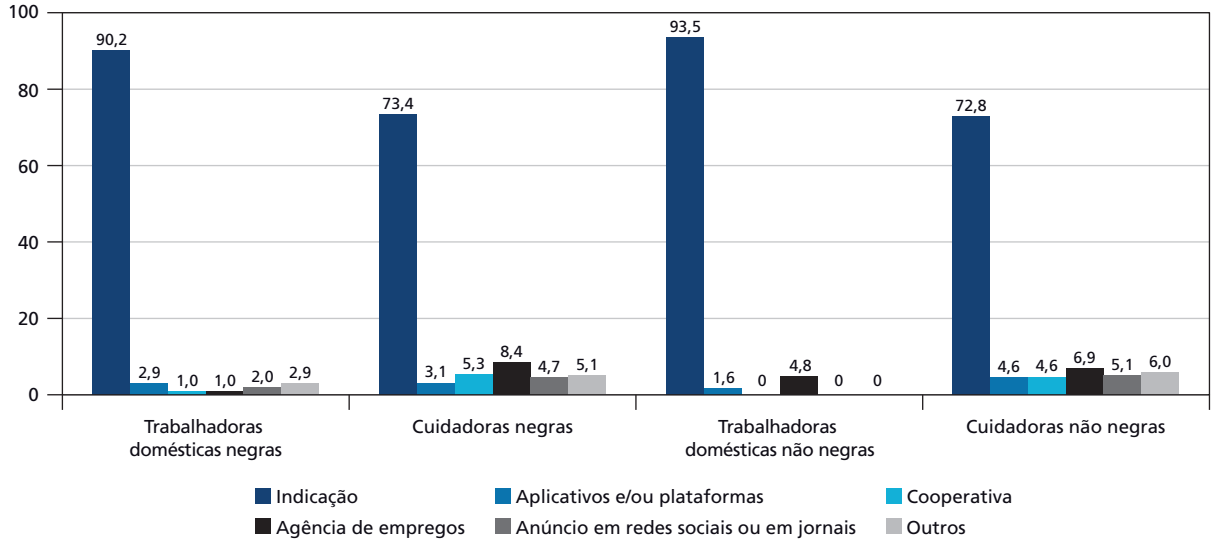
A principal forma de obtenção de trabalho para as categorias pesquisadas é a indicação de amigos e/ou parentes, o que está associado ao modelo de contratação. Isto ocorreu para cerca de 90% das domésticas e cerca de 70% das cuidadoras (gráfico 6). Dado que grande parte do trabalho aqui observado se concentra nos domicílios, a indicação pessoal possibilita um grau maior de confiança por parte dos empregadores (gráfico 4).[5]

5. Para um aprofundamento dessa questão, recomenda-se uma pesquisa com grupo focal para conhecer melhor as formas de contratação.

O gráfico também revela que as cuidadoras recorrem com maior frequência a outros meios, como redes sociais, anúncios e agências de emprego. A predominância da indicação como forma de acesso evidencia a persistência da informalidade e da dependência de redes pessoais como principal via de acesso a um trabalho remunerado.

As agências de emprego referem-se especialmente às que intermediam a contratação de babás e cuidadoras, geralmente entre os estratos populacionais com maior poder aquisitivo, e, consequentemente, com maior poder de negociação. Nesse contexto, a variabilidade de experiências e relações entre agências e trabalhadoras (Matias e Araujo, 2020) pode resultar em diferenças significativas no acesso ao mercado formal, cursos de formação, diferentes níveis de salário etc. O papel das agências enquanto intermediadoras na relação entre trabalhadoras domésticas e patrões introduz diferenças em comparação às trabalhadoras domésticas autônomas, que se inserem no mercado de trabalho por meio de indicações realizadas por suas redes e baseadas em relações de amizade e confiança. Já nas relações intermediadas por agências, "a empresa funciona como um agente disciplinador do trabalho em que a própria inserção no mercado de trabalho é a moeda de negociação" (Araujo, 2019, p. 2).

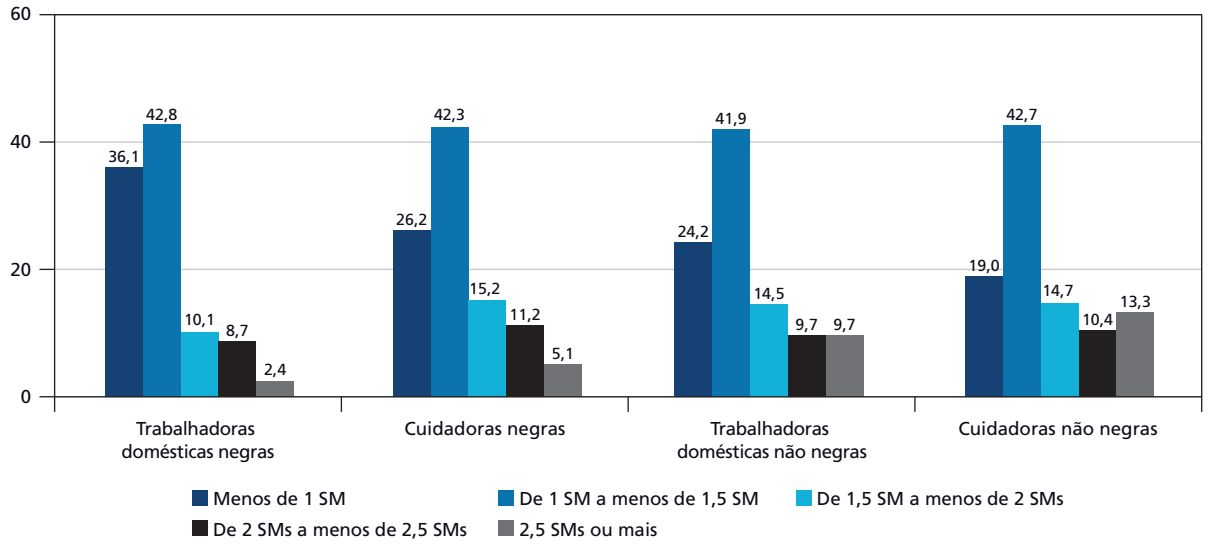
GRÁFICO 6
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por forma de obtenção do trabalho e cor/raça (2024)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

O rendimento obtido se mantém como um dos desafios mais importantes para as categorias ocupacionais pesquisadas. A maior proporção de trabalhadoras domésticas e cuidadoras, negras e não negras, 41% e 43% delas, respectivamente, informaram receber entre 1 e 1,5 salário mínimo (SM) por mês. Uma maior desigualdade se observa nos demais intervalos de renda. No primeiro intervalo, com renda mensal menor que 1 SM, encontram-se 36,1% de trabalhadoras domésticas negras e 26,2% não negras; e 26,2% das cuidadoras negras e 19% das não negras. Sintetizando, um número maior de mulheres negras, sejam trabalhadoras domésticas ou cuidadoras, recebem menos que as não negras nas mesmas categorias. Quando o intervalo de renda aumenta, há redução da representatividade das mulheres negras. Isso se evidencia a partir do terceiro intervalo (gráfico 7).

GRÁFICO 7
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por rendimento do trabalho e cor/raça (2024)
(Em %)

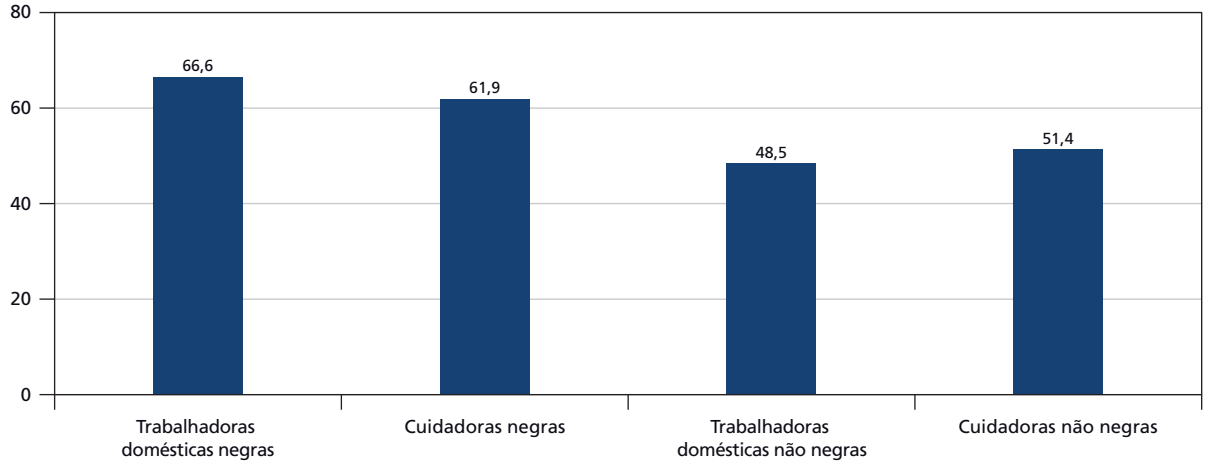


Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

Todas as categorias moram longe do trabalho, o que revela desigualdades de acesso ao tempo, ao lazer e à própria saúde física e mental. A desigualdade racial também é observada quando analisado o tempo médio de deslocamento do local de residência para o trabalho principal. Ao ser perguntada sobre esse tempo, as trabalhadoras domésticas negras responderam 66 minutos, enquanto as não negras, 48,5 minutos. As cuidadoras negras levam em média 61,9 minutos, e as não negras, 51,4 minutos (gráfico 8). As mulheres negras exercem atividades mais

exaustivas, percebem um menor rendimento e gastam mais tempo de deslocamento, contrapondo um dos princípios da Emenda Constitucional nº 72/2013, que estabelece a garantia de um trabalho decente para essas trabalhadoras. Vergès (2020) afirma que as longas distâncias percorridas pelas mulheres negras para atenderem às famílias de maior renda produzem uma profunda exaustão como consequência das condições de vida e de trabalho, afetando sobretudo a saúde dessas trabalhadoras.

GRÁFICO 8
Tempo médio de deslocamento para o trabalho das trabalhadoras domésticas e de cuidados por cor/raça (2024)
(Em minutos)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

3.3 Trabalho por meio de aplicativos e plataformas digitais

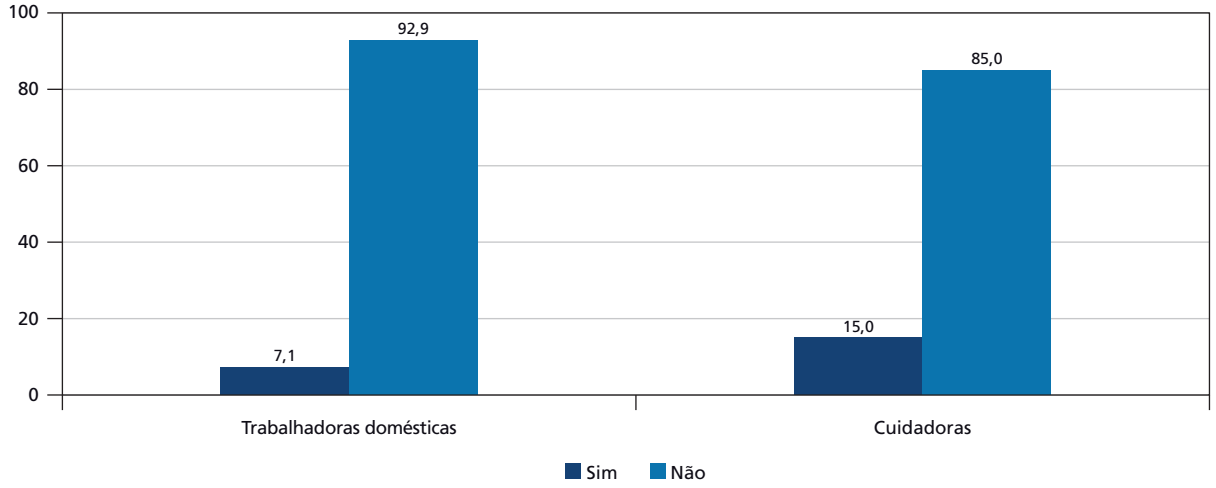
O formato *gig economy* do trabalho doméstico e de cuidados representa uma nova modalidade da oferta desse serviço disponível no mercado como uma alternativa para a obtenção de trabalho pelos cuidadores e para a aquisição dos serviços pelas famílias que procuram terceirizá-los. O uso das plataformas representa uma tendência de caráter global que permeia gradativamente o mundo do trabalho (Abílio, 2020). Essas plataformas vendem o trabalho dos cuidadores a partir de formas particulares de organização e de relações entre clientes e trabalhadores (Pereira e Cardoso, 2022).

A intermediação executada por instrumentos virtuais não é totalmente uma novidade. Se considerada a dimensão das estratégias criativas ao recuo das responsabilidades com os aspectos trabalhistas, o uso de intermediação sem vinculação tornou-se uma opção em debate desde o início deste século. Para as trabalhadoras,

a oportunidade está vigente enquanto primeiro contato com quem demanda o serviço, para que as negociações se façam externamente ao ambiente dos aplicativos e plataformas. Dado isso, considera-se a hipótese de que, após o primeiro contrato, é possível que as trabalhadoras e as famílias negociem um novo acordo sem a intermediação das plataformas. A alta proporção de trabalhadoras por contrato verbal sugere que isto aconteça.

A pesquisa identificou uma baixa adesão das trabalhadoras aqui consideradas ao uso de aplicativos ou plataformas digitais para encontrar trabalho: apenas 15% de cuidadoras e 7,1% de trabalhadoras domésticas afirmam utilizar ou já ter utilizado aplicativos ou plataformas digitais. Essa baixa adesão sugere um conhecimento limitado sobre estes e baixo acesso aos recursos necessários para o seu uso.

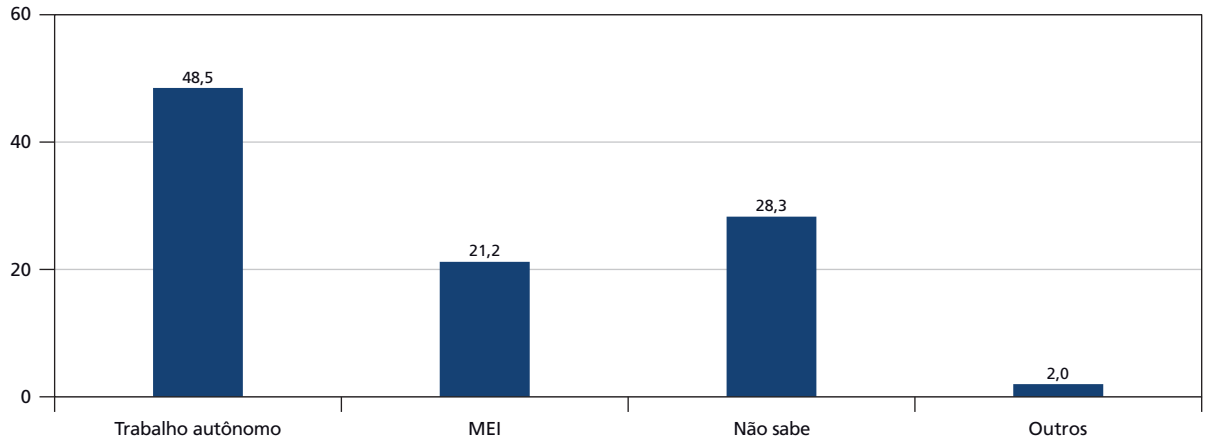
GRÁFICO 9
Distribuição das trabalhadoras domésticas e de cuidados por utilização de aplicativos/plataformas digitais para encontrar trabalho doméstico e de cuidados (2024)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

Mais de 28% das respondentes usuárias de plataformas não souberam informar qual foi o tipo de acordo ou negociação estabelecida entre a trabalhadora e o aplicativo virtual. Aproximadamente, 21% reiteraram a adoção do MEI como modo de negociação. Destaca-se o trabalho autônomo como forma de definição de acordo para quase metade das trabalhadoras. Não se avaliou se as trabalhadoras estão contribuindo na condição de autônomas. Esse resultado sugere preocupação com o acesso aos direitos trabalhistas entre as adeptas das plataformas (gráfico 10).

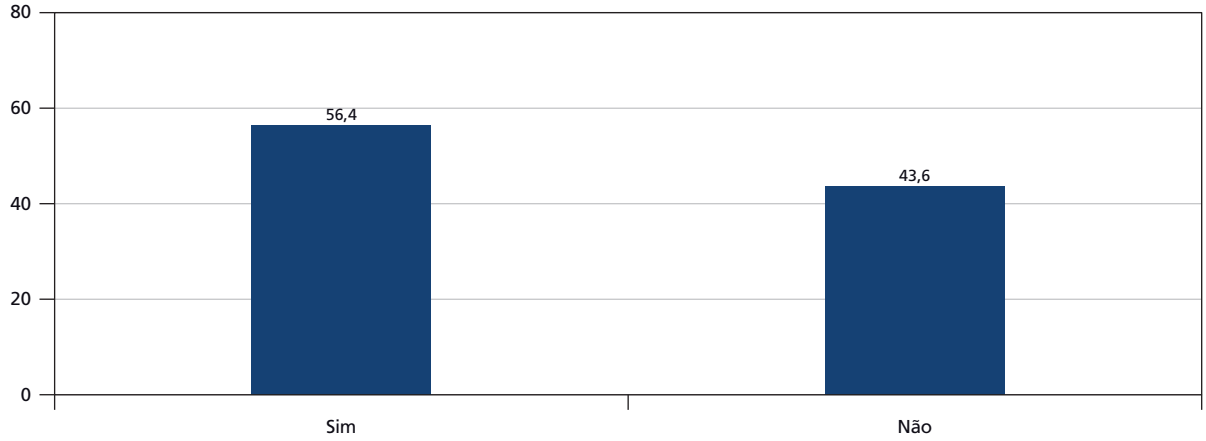
GRÁFICO 10
Distribuição do tipo de acordo/negociação com a plataforma digital e as trabalhadoras (2024)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

Apesar da baixa utilização das plataformas digitais, entre as cuidadoras e domésticas que nunca conseguiram trabalho por meio destes aplicativos, 56,4% manifestaram interesse em usar o recurso (gráfico 11). O percentual sugere um interesse na adesão às plataformas. Abílio (2020) argumenta que o uso das plataformas para busca de trabalho e de serviços é resultado das transformações nos processos de trabalho que vêm ocorrendo há décadas.

GRÁFICO 11
Distribuição das respondentes que não utilizaram aplicativos ou plataformas digitais e que manifestaram interesse em utilizar (2024)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O trabalho doméstico é a essência da economia de cuidados no Brasil. É exercido principalmente pelas mulheres negras, que assumem a maioria das ocupações relacionadas ao cuidado e ao serviço doméstico. São as mulheres negras (hooks, 2023) as sabedoras da importância do lugar na estrutura econômica e social do espaço doméstico, conscientes *more than enough* (Welteroth, 2019).

Apesar disso, essa é uma função desvalorizada no Brasil. No entanto, a pesquisa aqui analisada revela que, mesmo dentro desse cenário, há trabalhadoras mais desvalorizadas do que outras. Primeiro, a desigualdade racial constatada pela concentração de mulheres negras nessa atividade vai além e aparece na categoria com relação a diferenças entre mulheres não negras. Renda, educação e tempo de deslocamento do domicílio até o local de trabalho são mais favoráveis para aquelas consideradas aqui como não negras. Segundo, se, por um lado, a divulgação dos resultados aqui sintetizados favorece o debate acerca da regulamentação da categoria cuidador, por outro, permitirá melhor identificação da categoria enquanto atividade principal de caráter continuado, pois, para algumas dessas mulheres, o trabalho de cuidados remunerados pode ser uma etapa na escala de uma profissão desejada. Terceiro, para avançar no aprofundamento dos resultados e conhecer mais as novas formas de contratações, como aquelas mediadas por plataformas e aplicativos, é necessário avançar para uma nova etapa, que pode incluir a aplicação de novos questionários e entrevistas guiadas com um grupo focal.

O instrumento utilizado para captar as informações das categorias de trabalho doméstico e de cuidados pode ter introduzido um viés nos resultados, uma vez que a exigência de acesso a um dispositivo com internet para responder ao questionário tende a restringir a participação às pessoas com maiores renda e nível de escolaridade.

Os dados aqui apresentados convergem com as sonhadas ações para "implementar políticas de cuidado que atendam às demandas do envelhecimento populacional, visando promover um maior equilíbrio intergeracional" (Ipea, 2025a, p. 9). Não é intenção encerrar a lista de avanços acerca das políticas de cuidados. Ao contrário: algumas das possíveis ampliações que se desdobrarão a partir desta etapa inicial vão no sentido de acompanhar e avaliar mais profundamente o compartilhamento do cuidado entre a família, o Estado e o mercado privado.

Para encerrar, são sugeridas algumas linhas de novas pesquisas: i) análise do uso de aplicativos e de plataformas virtuais como elemento de acesso a serviços de

cuidados; ii) parcerias público-privadas para o compartilhamento e a assistência ao cuidado; e iii) o custo total do gasto orçamentário federal com envelhecimento, já que atualmente o Brasil disponibiliza marcações no orçamento para as agendas transversais e multissetoriais de mulher, criança e adolescente, povos indígenas, igualdade racial e ambiental. Conhecer o orçamento é mais uma etapa na demanda para avançar na transparência das políticas de envelhecimento.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, 2020.

ARAUJO, A. B. Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, 2019.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Famílias: espaços de cuidados e espaços a serem cuidados. *In*: CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. (org.). **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. p. 141-182.

CAMARANO, A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. *In*: CAMARANO, A. (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p. 93-122.

CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. (org.). **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

CAMARANO, A. A. *et al*. O cuidado enquanto ocupação: em que condições? **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 79, 2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16911/1/BMT_79_PF_A1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

COSTA, B. R. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 15-37, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres**: raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERGUSON, L. Gender, work, and the sexual division of labor. *In*: WAYLEN, G. *et al*. (ed.). **The Oxford handbook of gender and politics**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 337-362.

FONTOURA, N.; MARCOLINO, A. A. Heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil. *In*: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea, 2021. p. 105-124.

GOES, F. *et al*. Equidade racial e a agenda de cuidados no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. p. 79-133.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 59-77, 2016.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H. (org.). **O cuidado e o emprego doméstico**: interseccionando desigualdades e fronteiras. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

HECKATHORN, D. D. Respondent-driven sampling: a new approach to the study of hidden populations. **Social Problems**, v. 44, n. 2, p. 174-199, 1997.

HOOKS, B. **As irmãs de inhame**: mulheres negras e autorrecuperação. Tradução de Floresta. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua de 2023 – microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: jan. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fascículo. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 26, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análises situacionais e retrospectivas**: crianças e adolescentes – desafios e oportunidades para o Brasil 2050. Brasília: Ipea, 2025a. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/0f3528ee-7f5d-4df1-931e-bd271e49f8ef/content.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 31, 2025b.

MATIAS, K. A.; ARAUJO, A. B. **Novos atores, velhas questões?** Uma análise sobre as agências, empresas e aplicativos de trabalho doméstico. Porto Alegre: Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos, 2020.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. São Paulo: Zahar, 2021.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise (BMT), n. 40, ago. 2009.

PEREIRA, M. J. T.; CARDOSO, A. C. M. Plataformas de trabalho de cuidado: um olhar interseccional necessário. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 21, 2022.

PINHEIRO, L.; GONZALES, R.; FONTOURA, N. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea; OIT, 2021.

PINHEIRO, L. Quando o teto de vidro se torna de concreto: a sub-representação de mulheres negras nos postos diretivos do Executivo federal entre 1999 e 2020. *In*: LOPEZ, F. G.; CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **Trajetórias da burocracia na Nova República**: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020). Brasília: Ipea, 2023a. p. 371-405.

PINHEIRO, L. Economia do cuidado. *In*: CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023b. p. 439-441.

RIBEIRO, T. S. **Mulheres negras na encruzilhada do cuidado**: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Tese (Doutorado) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, T. **Ação afirmativa e população negra na educação superior**: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2569).

SORJ, B. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.

SORJ, B. Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. **Revista de Sociologia e Antropologia**, v. 11, p. 1089-1097, 2021.

VERGÈS. F. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WELTEROTH, E. **More than enough**: claiming space for who you are (no matter what they say). Nova Iorque: Penguin Books, 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Crislayne Andrade de Araújo
Elaine Oliveira Couto
Luciana Bastos Dias
Vivian Barros Volotão Santos
Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editoração
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Camila Guimarães Simas
Leonardo Simão Lago Alvite
Mayara Barros da Mota

Capa
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Acesse nossas publicações

Acompanhe nossas redes sociais

Composto em roboto regular 10/12 (texto)
Roboto regular, bold, black 12/14 (títulos)
Roboto regular 10 (gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO